
**FUTEBOL PARA PESSOAS COM BAIXA VISÃO:
O DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL B2/B3 NO BRASIL**

Rafael Estevam Reis¹
Alessandro Macedo²
Paulo Roberto Moreira¹

RESUMO

O futebol de baixa visão é praticado por pessoas que apresentam uma deficiência visual. Eles apresentam uma acuidade visual que varia entre 3/60 e 6/18 no olho com melhor capacidade e com utilização da correção oftalmológica. A modalidade também é conhecida como Futebol B2/B3 pois é classe que se enquadram dentro do esporte para deficientes visuais. O objetivo deste estudo é o de analisar o futebol de baixa visão no Brasil, para isso foram realizadas análises documentais como artigos científicos, livros, leis, diretrizes, regras oficiais e resultados de competições, como súmulas, nos focamos nos sítios eletrônicos das entidades administrativas das modalidades paradesportivas analisadas não participa de uma copa do mundo desde 2007. Dessa forma, a modalidade, por não fazer parte dos Jogos Paralímpicos, não recebe o financiamento necessário para o desenvolvimento do esporte no Brasil, precisando de uma maior atenção da organização que administra a modalidade e do poder público.

Palavras-chave: Futebol. Paradesporto. Baixa Visão.

ABSTRACT

Football for people with low vision: the development of football B2 / B3 in Brazil

Partially sighted football is practiced by people with a visual impairment. They have a visual acuity that varies between 3/60 and 6/18 in the eye with better capacity and with the use of eye correction. The sport is also known as Football B2 / B3 because it is class that fall within the sport for the visually impaired. The objective of this study is to analyze Partially sighted football in Brazil. For this purpose, documentary analyzes such as scientific articles, books, laws, guidelines, official rules and results of competitions, such as overviews, were focused on the websites of administrative entities. Paralympic sports have not participated in a World Cup since 2007. Thus, since it is not part of the Paralympic Games, it does not receive the necessary funding for the development of sport in Brazil and needs the attention of the organization that manages it the modality and the public power.

Key words: Football. Paraspport. Low Vision.

1-Unicesumar, Curitiba, Paraná, Brasil.

2-Clube de Futebol Adaptado, Campo Largo, Paraná, Brasil.

E-mail dos autores:

rafael_e_reis@hotmail.com

alessandro.macedo.3@volvo.com

pauloluo@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O futebol é um dos esportes mais populares do mundo, sendo praticado em inúmeros países e continentes, essa realidade é ainda mais forte no Brasil, esporte predominante no país.

Por ser tão popular, o Futebol também é extremamente popular entre as pessoas com deficiência, não à toa, é a modalidade mais adaptada para esse público (Reis, Mezzadri, 2017).

O futebol para pessoas com deficiência visual é uma modalidade praticada em todo o mundo, é uma adaptação para pessoas que não podem enxergar. Existem duas variações dessa modalidade, o Futebol de 5, modalidade para cegos totais, e o Futebol B2/B3 (Reis, Mezzadri, 2017).

A deficiência visual se distingue entre a cegueira total, onde a pessoa não enxerga nada, e a baixa visão, são atletas que apresentam uma acuidade visual que varia entre 3/60 e 6/18 no olho com melhor capacidade e com utilização da correção oftalmológica (OMS, 2015).

Alguns relatos apontam que em meados dos anos de 1980, a modalidade era praticada em instituições especializadas para pessoas com deficiência visual nos Estados do Paraná e Rio de Janeiro (CBDV, 2019).

A história do início da prática do Futebol B2/B3 se mistura muito com a do Futebol de cinco, pois essas instituições que abrigavam e educavam os deficientes visuais não faziam distinção entre cegos totais e pessoas com baixa visão.

Nas categorias B2/B3, as regras são as mesmas do futsal convencional, as adaptações ocorrem no ambiente de jogo, como, por exemplo, a claridade em excesso na quadra.

As regras do futebol para baixa visão são baseadas nas regras da Federação Internacional de Futebol (FIFA) e adaptadas para jogadores B2/B3 (acima de 5 graus e abaixo de 20 graus no melhor olho) de acordo com o estabelecido pela International Blind Sport Federation (IBSA) (Souza, Campos, Gorla, 2014).

O futebol de baixa visão não é uma modalidade paralímpica, ou seja, não faz parte dos Jogos Paralímpicos, como consequência, não recebe a mesma atenção da mídia nem do financiamento público privado se compara com a modalidade onde todos os atletas são cegos. Isso também se reflete nas produções

acadêmicas, que não apresenta nenhum estudo científico que traga considerações mais profundas acerca da modalidade.

Pensando nisso, o objetivo deste estudo é o de analisar o futebol de baixa visão no Brasil, sua organização, competições, histórico e dessa forma, contribuir para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho tem como principal característica a de uma pesquisa documental. Este tipo de pesquisa baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reorganizados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Além disso, também deve ser considerado de origem qualitativa, uma vez que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa, podem descrever a complexidade de um determinado problema, além de analisar a interação de variáveis, como compreender e classificar processos vividos por grupos sociais específicos (Gil, 2008).

Além de concentrar esforços nas análises documentais como artigos científicos, livros, leis, diretrizes, regras oficiais e resultados de competições, como súmulas, nos focamos nos sítios eletrônicos das entidades administrativas das modalidades paradesportivas analisadas na pesquisa.

Principalmente a Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais e sua representante a nível internacional, a International Blind Sports Federation.

Para uma melhor análise dos dados, foi elaborado uma planilha, que posteriormente foi adaptado em quadros explicativos, onde foi feito o levantamento das competições a nível nacional e internacional, com o intuito de catalogar as informações mais relevantes como resultados, locais e datas desses eventos esportivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO**Classificação dos Jogadores**

Como toda modalidade praticada por pessoas com deficiência, o Futebol de baixa visão também segue a premissa da classificação funcional.

A Classificação funcional tem como principal objetivo tornar o paradesporto mais

justo. O futebol para deficientes visuais é dividido em três categorias: B1, B2 e B3.

O "B" significa blind, cego em inglês, os atletas são submetidos a avaliações oftalmológicas. As avaliações averiguam a funcionalidade do sentido visual nos atletas e devem considerar ambos os olhos, com a melhor correção.

Mesmo quem faz uso de lentes corretivas devem realizar a classificação com eles, ainda que não utilizem tais lentes durante a partida.

Após o processo de classificação ser concluído e a aferição da função visual de cada atleta realizado, ele é classificado em uma das três classes: B1, B2 e B3, sendo B1 de maior comprometimento (cego), o B3 de menor comprometimento (baixa visão) e o B2 também com baixa visão, mas de comprometimento intermediário entre as outras duas classes.

Para competir no futebol de baixa visão, o atleta tem que se encaixar nas classes B2 e/ou B3.

Regras e Adaptações

As regras para o Futebol de Baixa visão não se diferem muito das adotadas pela FIFA, a dimensão da quadra e das balizas são as mesmas, bem como o tempo de jogo (Souza, Campos, Gorla 2014), porém, algumas adaptações feitas pela IBSA foram importantes e necessárias como por exemplo:

- O ginásio ou a quadra, devem estar livres de reflexos solares ou de luz artificial que possam dificultar a baixa visão dos jogadores, pois a iluminação deverá ser uniforme em toda a quadra e com a mesma intensidade, durante toda a partida.

Os árbitros devem pertencer ao quadro de arbitragem da IBSA.

A bola utilizada deverá ser de cor branca, verde ou laranja, havendo um

contraste com o piso (ou grama) e os arredores da quadra.

Os jogadores classificados como B3 terão de usar um bracelete vermelho no braço direito e durante toda a partida, deverão jogar no mínimo dois jogadores B2 em cada equipe.

A Substituição indevida de um jogador da categoria B3 no lugar de um jogador da categoria B2 terá como punição um tiro livre indireto a favor da equipe adversária, e o jogador infrator receberá um cartão amarelo, saindo momentaneamente da partida.

Em caso de exclusão do jogador da categoria B2, este deverá ser substituído por outro jogador B2; se a equipe não dispuser de jogadores B2, deverá terminar a partida com três jogadores de linha.

Os goleiros podem enxergar normalmente, não apresentando nenhuma deficiência ou serem baixa visão.

O goleiro não pode sair de sua área. Caso saia da área e toque a bola com os pés, receberá o cartão amarelo e será marcado um tiro livre direto, e caso o goleiro toque na bola com as mãos, deverá ser expulso da partida recebendo o cartão vermelho, independente de já ter recebido ou não um cartão amarelo anteriormente (IBSA, 2019).

Competições Nacionais e Internacionais

Copa Brasil de Futebol B2/B3

No Brasil a modalidade é administrada pela Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais (CBDV), que organiza a Copa Brasil de Futebol B2/B3 desde o ano de 2000, principal competição da modalidade no Brasil.

Naquele ano, a entidade ainda era conhecida como Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC), responsável pela organização de seis campeonatos. Como pode-se observar no quadro 1.

Quadro 1 - Competições organizadas pela ABDC - 2000 A 2005.

Competições organizadas pela ABDC - 2000 A 2005				
Ano	Local	Campeão	Vice-Campeão	Terceiro
2000	MG	LDVAC/AC	CESEC/SP	ADEVIBEL/MG
2001	SP	CESEC/SP	LDVAC/AC	AADV/PR
2002	MG	AADV/PR	CESEC/SP	APEC/PE
2003	RJ	LDVAC/AC	APEC/PE	AADV/PR
2004	MS	LDVAC/AC	IPC/PR	CESEC/SP
2005	SP	IPC/PR	CESEC/SP	CAMPINAS

Quadro 2 - Competições organizadas pela CBDC - 2006 A 2010.

Competições organizadas pela CBDC - 2006 A 2010				
Ano	Local	Campeão	Vice-Campeão	Terceiro
2006*	-	-	-	-
2007	ES	ADEVIPAR/PR	CESEC/SP	ILBES/ES
2008*	-	-	-	-
2009	ES	ADEVIPAR/PR	UNICEP/ES	CESEC/SP
2010	ES	ADEVIPAR/PR	UNICEP/ES	CESEC/SP

Quadro 3 - Competições organizadas pela CBDV - 2011 A 2019.

Competições organizadas pela CBDV - 2011 A 2019				
Ano	Local	Campeão	Vice-Campeão	Terceiro
2011	RJ	ILBES/ES	ADEVIPAR/PR	IBC/RJ
2012	RJ	ILBES/ES	IBC/RJ	URECE/RJ
2013	PR	ADEVIPAR/PR	ILBES/ES	ADVIMS/MS
2014	PR	ILBES/ES	ABASC/PR	URECE/RJ
2015	RJ	ABASC/PR	ILBES/ES	URECE/RJ
2016	RJ	ILBES/ES	URECE/RJ	ACERGS/RS
2017	SP	CFA/PR	URECE/RJ	ACERGS/RS
2018	SP	CFA/PR	URECE/RJ	ACERGS/RS
2019	SP	URECE/RJ	CFA/PR	ACERGS/RS

Quadro 4 - Copas do mundo organizadas pela IBSA.

Copas do mundo organizadas pela IBSA					
Ano	Local	Campeão	Vice-campeão	Terceiro	Países
1998	Brasil	Bielorussia	Espanha	Itália	6
2002	Itália	Bielorussia	Russia	Espanha	12
2007	Brasil	Bielorussia	Ucrânia	Espanha	4
2011	Turquia	Bielorussia	Ucrânia	Espanha	9
2013	Japão	Russia	Ucrânia	Inglaterra	4
2015	Coréia do Sul	Ucrânia	Espanha	Itália	5
2017	Itália	Ucrânia	Inglaterra	Russia	8
2019	Turquia	Ucrânia	Inglaterra	Russia	7

Nesse período, a equipe acreana da LDVAC (Lar dos Deficientes Visuais do Acre) conquistou três dos seis títulos em jogo além das boas posições nos campeonatos. Outras equipes como Centro Emancipação Social Esportiva Cegos (CESEC) de São Paulo e a Associação Atlética dos Deficientes Visuais (AADV) e o Instituto Paranaense de Cegos (IPC) do Paraná faziam boas participações e mostravam, uma distribuição geográfica interessante da modalidade no Brasil, representando a região Sul, Sudeste e Norte.

A partir do ano de 2006, a Entidade mais uma vez trocou seu nome, se tornando a Confederação Brasileira de Deporto para Cegos (CBDC), como Confederação, a entidade deu um passo adiante no modelo de organização esportiva.

Ainda assim, durante os cinco anos seguintes, não organizou a Copa Brasil nos anos de 2006 e 2008.

Nos outros três anos, a competição foi realizada no estado do Espírito Santo, com o auxílio de dirigentes locais.

Nesse período, existiu uma hegemonia do estado do Paraná, representado pela equipe da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR), sagrando-se campeã das três edições, completando o pódio, as equipes da CESEC/SP e as duas equipes que jogavam em sua "casa", ILBES (Instituto Luis Braille do Espírito Santo) e UNICEP (União de Cegos Dom Pedro II), ambas do estado do Espírito Santo.

A partir de 2011, já como CBDV (A mudança de nome dessa vez foi em resposta às novas normas e nomenclaturas de se dirigir ao deficiente, no caso, pessoa com deficiência visual), foram organizados nove campeonatos, que tiveram como sedes, apenas as cidades de Curitiba e Rio de Janeiro, até que em 2017, em uma parceria com o Comitê Paralímpico Brasileiro, os eventos começaram a acontecer

no Centro de treinamento paralímpico brasileiro, em São Paulo.

Foram ao todo 18 edições nos últimos 20 anos, onde o estado do Paraná apresenta times com mais títulos, são ao todo 9 conquistas, seguidas do Espírito Santo com 4, Acre com 3 e Rio de Janeiro e São Paulo com um título.

Copas do Mundo

Como as demais modalidades esportivas e paradesportivas, o Futebol de baixa visão tem em seu calendário a Copa do Mundo como principal competição internacional uma vez que não faz parte do quadro dos Jogos Paralímpicos.

A IBSA organizou até o momento oito edições e a partir do ano de 2013, o evento se tornou bianual, como pode-se observar no quadro 4.

A Copa do mundo já foi sediada por países da América do Sul, Europa e Ásia. Após oito edições, apenas países europeus conquistaram o título de melhores do mundo, mais especificamente, países que fazem parte do leste europeu, Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, essa última, tetra campeã mundial. Com exceção de 2002, competição que contou com doze países, mais nenhuma Copa do Mundo angariou mais de dez países competindo.

O Brasil participou de três edições, nas duas vezes que a competição foi realizada no Brasil (1998 e 2007), e em 2002 na Itália, por sinal, melhor colocação do país nessas três edições, um 4º lugar conquistado no evento com mais seleções até a atualidade.

Devido a modalidade não ser paralímpica, o investimento da entidade que a administra no Brasil não é suficiente para cobrir gastos de viagens para fora do Brasil.

CONCLUSÃO

O futebol de baixa visão ou Futebol B2/B3 é uma modalidade praticada no Brasil a nível competitivo oficialmente desde 2000, quando tivemos um time acreano como primeiro campeão brasileiro.

Desde então, o esporte passou por momentos bons e outros sem muito destaque no cenário nacional.

Por não se tratar de uma modalidade paralímpica, ou seja, por não participar dos Jogos Paralímpicos, competição extremamente valorizada pela mídia e

consequentemente pelo poder público, a modalidade não recebe da entidade responsável pela mesma, a devida atenção, enquanto o futebol de cinco (modalidade que é paralímpica) apresenta um calendário recheado de competições, como eventos regionais, séria A e B a nível nacional, a modalidade B2/B3 luta para ter ao menos um evento no calendário da Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais.

A entidade alega um menor investimento do poder público, principal fonte de renda do paradesporto nacional.

As Confederações responsáveis pelas modalidades paralímpicas no Brasil são mantidas em sua maioria pelo estado, o Ministério do esporte, através de suas políticas públicas são responsáveis por financiar essas entidades esportivas (Reis, 2014).

Através do Ministério do Esporte, a CBDV recebe dinheiro da Lei Agnelo/Piva¹, que financia competições, capacitações, treinamentos e viagens para modalidades paralímpicas.

Além de contemplar essas modalidades com o Programa Bolsa Atleta², importante para dar suporte as carreiras dos atletas (Reis, 2014).

Nenhuma dessas ações contemplam a modalidade B2/B3, por não ser paralímpica, apenas paradesportiva.

Sem o auxílio do Programa Bolsa Atleta, nem um calendário com mais opções de competição e o desativamento da selado nacional, e a consequente ausência de competições internacionais, a modalidade tem se enfraquecido no Brasil, tanto na quantidade de atletas como equipes, refletindo inclusive no nível técnico do esporte.

Por fim, após o que foi analisado e trazido pelo estudo, pode-se entender que a modalidade tem um histórico de prática no Brasil, aliado a esforços pontuais de alguns dirigentes e equipes, além do grande número de pessoas com deficiência visual no Brasil, mostra o potencial que a modalidade tem para se desenvolver e ofertar uma modalidade esportiva para um público que precisa.

¹ A lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, onde permite o repasse de 2% de concursos prognósticos (loterias federais) ao COB e ao CPB. Sendo destinado ao COB 85% do valor total e 15% ao CPB (Reis, 2014).

² O programa Bolsa Atleta foi instituído no ano de 2004, decorrente da promulgação da Lei nº 10.891, com o intuito de auxiliar financeiramente os atletas de alto rendimento brasileiros (Reis, 2014).

REFERÊNCIAS

1-CBDV. Confederação Brasileira de Desporto para Deficientes Visuais. Disponível em: <<http://www.cbdiv.org.br>>. Acesso em: 13/08/2019.

2-Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª edição. São Paulo. Atlas. 2008.

3-OMS. State of the world's sight. Vision 2020. the right sight. 2015.

4-Reis, R. E.; Mezzadri, F. M. Futebol para pessoas com deficiência e suas adaptações no país do Futebol. Revista Brasileira de Futsal e Futebol. São Paulo. Vol. 9. Núm. 35. p.361-368. 2017.

5-Reis, R. E. Políticas Públicas para o esporte paralímpico brasileiro. Dissertação de Mestrado em Educação Física. Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2014.

6-Souza, R. P.; Campos, L. F. C. C.; Gorla, J. I. Futebol de 5: fundamentos e diretrizes. São Paulo. Editora Atheneu. 2014.

7-IBSA. International Blind Sport Association. Disponível em: <<http://www.ibsasport.org>>. Acesso em: 10/08/2019.

Recebido para publicação em 13/01/2020
Aceito em 19/04/2020